

INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.G.DO NORTE

Termo de Referência 65/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
65/2025	158155-INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.G.DO NORTE	LEIDIANA ARCANJO DA SILVA	13/08/2025 13:38 (v 0.12)
Status	PUBLICADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado	55/2025	23037.000846.2025-94

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 23037.000846.2025-94)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Contratação de empresa especializada para execução de serviços de adequação, reforço e correção da infraestrutura elétrica de baixa tensão, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra qualificada, no IFRN – Campus Ipanguaçu, sem dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	Instalação/Manutenção/Operação - Elétrica (serviços de adequação, reforço e correção da infraestrutura elétrica no IFRN – Campus Ipanguaçu)	21687	Serviço	1	R\$ 142.162,77	R\$ 142.162,77

1.2. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).

1.2.1. A presente contratação será executada exclusivamente pelo IFRN – Campus Ipanguaçu, na qualidade de órgão gerenciador, não havendo participação de outros órgãos ou entidades.

1.2.2. A estimativa de consumo foi definida com base em orçamento técnico detalhado, elaborado por profissional da área de engenharia elétrica da própria instituição, com fundamento em composições de custos do SINAPI e ORSE, contendo a descrição dos serviços, unidade de medida e quantitativos necessários para a execução integral do objeto.

1.2.3. As informações individualizadas por item, contendo descrição, unidade, quantidade estimada e valores, estão apresentadas no Anexo Orçamento Rede Nova- Campus Ip - Orçamento Sintético_Sem Desoneração, que integra este Termo de Referência.

1.3. Os serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da presente contratação será de até 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, conforme permitido pelo art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021. Ressalta-se que, por se tratar de contratação emergencial, este prazo é **improrrogável**, sendo vedada a recontração da mesma empresa com base no referido dispositivo legal.

1.4.1. A definição do prazo leva em consideração a estimativa do tempo necessário para a superação da situação emergencial que motivou a contratação, bem como a obrigatoriedade de adoção de providências para a realização do devido procedimento licitatório regular durante a vigência contratual.

1.5. A contratação fundamenta-se no art. 75, inciso VIII da Lei nº 14.133/2021, diante da situação de emergência caracterizada por sobrecarga na infraestrutura elétrica.

1.6. Justifica-se a contratação conforme relatórios técnicos da Diretoria de Engenharia (DIENG), foram identificados riscos operacionais decorrentes da sobrecarga da rede elétrica. A intervenção visa garantir a continuidade das atividades essenciais do campus.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2025**, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 10877412000168-0-000016/2025;

II) Data de publicação no PNCP: 08/05/2024;

III) Id do item no PCA: 190;

IV) Classe/Grupo: 546 - SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO;

V) Identificador da Futura Contratação: 158367-55/2025;.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Iê dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Priorizar, sempre que tecnicamente viável, o uso de materiais e componentes elétricos com certificações ambientais ou selos de eficiência energética, como o Selo Procel ou a certificação do Inmetro;

4.1.2. Garantir o descarte ambientalmente adequado de resíduos e materiais removidos durante a execução dos serviços, conforme a legislação ambiental vigente e boas práticas de gestão de resíduos sólidos;

4.1.3. Adotar medidas que promovam o uso eficiente de energia e minimizem o desperdício durante a execução dos serviços, considerando ainda soluções que contribuam para maior eficiência energética nas instalações readequadas;

4.1.4. Observar rigorosamente as normas de segurança e saúde do trabalho aplicáveis, como a NR-10 (segurança em instalações e serviços em eletricidade), e incentivar a contratação de mão de obra local qualificada, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social da região.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Não há indicação prévia de marcas ou modelos específicos para os materiais a serem utilizados. Eventuais referências técnicas no projeto executivo servem apenas como padrão de qualidade mínima, podendo ser substituídas por equivalentes ou superiores, desde que atendam às **normas técnicas aplicáveis (ex.: NBR 5410, NBR 7286, etc.)** e às especificações constantes do projeto.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.3. Não há vedação específica de produtos ou marcas nesta contratação, por inexistirem registros administrativos prévios que indiquem falhas recorrentes ou ineficiência comprovada de itens similares em contratações anteriores.

Da exigência de carta de solidariedade

4.4. Não será exigida carta de solidariedade do fabricante, tendo em vista que o fornecimento dos insumos não envolve itens de fabricação restrita ou com risco de descontinuidade, nem se trata de objeto que demande responsabilidade solidária por parte do fabricante.

Subcontratação

4.5. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, tendo em vista a natureza especializada dos serviços contratados, cuja execução exige controle técnico rigoroso, compatibilidade com o projeto e responsabilidade direta da empresa contratada.

Garantia da contratação

4.6. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a **5%** (cinco por cento) do valor da contratação.

4.6.1. A garantia deverá ser apresentada antes da assinatura do contrato, sob pena de preclusão do direito de escolha da modalidade, nos termos do §3º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

4.7. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.7.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.7.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.7.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.7.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.7.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.8. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.11. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regularmente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.11.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.12. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.12.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.12.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.12.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.13. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

4.14. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.15. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.16. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.17. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.17.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.17.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.18. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.18.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.18.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.19. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.20. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.21. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.22. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

4.23. A vistoria técnica no local de execução dos serviços será **facultada** aos interessados, sendo assegurado o direito de realizá-la mediante agendamento prévio. Caso o interessado opte por não realizá-la, deverá apresentar **declaração formal assinada por seu**

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: até 05 (cinco) dias da emissão da ordem de serviço, conforme cronograma aprovado pela Administração.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.2.1. A execução dos serviços ocorrerá conforme o projeto técnico da Diretoria de Engenharia (DIENG), observando-se os seguintes critérios e etapas:

5.1.2.1.1. **Metodologia de trabalho:** execução sequencial com base na avaliação de riscos elétricos, isolamento de áreas e desligamento controlado dos circuitos;

Etapas principais:

- inspeção técnica preliminar e marcação das áreas de intervenção;
- desmonte e remoção de componentes antigos ou sobrecarregados;
- instalação de novos condutores, quadros, eletrodutos e componentes conforme especificações técnicas;
- testes de tensão, continuidade e segurança elétrica após instalação;
- regularização estética das áreas afetadas;
- emissão de relatório de conformidade e entrega dos serviços.

5.1.2.1.2. **Tecnologias e normas aplicáveis:** aplicação de normas NBR 5410, NBR 14039 e demais aplicáveis à segurança e instalações elétricas de baixa tensão.

5.1.2.1.3. **Frequência e periodicidade:** execução contínua até a conclusão, com intervenções diárias em turnos definidos com a fiscalização da contratante, evitando prejuízos às atividades pedagógicas e administrativas do campus.

5.1.3. A empresa contratada deverá entregar os serviços finalizados, com total responsabilidade técnica e fornecimento de insumos, sem subordinação direta ou gestão de mão de obra pela Administração.

5.1.3. Cronograma de realização dos serviços:

5.1.3.1. O cronograma físico-financeiro será apresentado pela contratada antes da emissão da ordem de serviço e deverá ser validado pela fiscalização, observando o prazo máximo de execução de **30 (trinta) dias corridos**, prorrogável uma única vez, mediante justificativa técnica e autorização formal da Administração;

5.1.4. Etapa e Períodos: Conforme Cronograma de execução anexado a este Termo de Referência.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: RN 118, S/N, Povoado Base Física, Zona Rural, Ipanguaçu/RN - CEP: 59508-000. Telefone: (84) 4005-4104, nos dias úteis, das 8h às 12h e das 13h às 16h, junto à Coordenação de Laboratórios (COLAB) do IFRN - Campus Ipanguaçu;

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: entre 07:00 e 17:00.

Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

a) **Apresentação de plano de trabalho** à fiscalização no início da execução, contendo etapas, prazos e estratégias de mitigação de riscos;

b) **Realização de reunião técnica inicial (kick-off)** com a equipe da contratada e a fiscalização para alinhamento de procedimentos operacionais, segurança e cronograma;

- c) **Sinalização e isolamento das áreas de intervenção**, com garantia de segurança da comunidade acadêmica, em conformidade com as normas da NR-10 e da NBR 5410;
- d) **Execução dos serviços com controle rigoroso de qualidade**, respeitando o projeto técnico, as normas técnicas vigentes e as orientações da fiscalização;
- e) **Acompanhamento diário da execução pela fiscalização**, com registro em diário de obra, relatórios fotográficos e fichas de verificação;
- f) **Relato imediato de intercorrências técnicas**, falhas identificadas ou necessidade de ajustes no escopo, com comunicação formal à Administração;
- g) **Testes de conformidade** ao final da instalação de cada circuito ou componente, antes da liberação da área para uso;
- h) **Entrega de relatório técnico final**, incluindo plantas atualizadas, memorial descritivo dos serviços executados, ARTs e certificados dos materiais utilizados (quando aplicável).

Materiais a serem disponibilizados

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

- 5.5.1. Cabos de cobre flexível nas bitolas de 70 mm² e 16 mm², conforme especificações do projeto técnico, com certificação do INMETRO e em conformidade com a NBR 5410;
- 5.5.2. Eletroduto PEAD DN 100 mm, caixas enterradas em alvenaria, hastes de aterramento, postes de concreto e disjuntores (63A e 125A), todos compatíveis com os padrões técnicos da ABNT e com certificação de conformidade quando aplicável; e
- 5.5.3. Materiais e Ferramentas e equipamentos necessários à execução das escavações, reaterros manuais e recomposição de pavimentação com paralelepípedos, incluindo materiais de rejuntamento com argamassa traço 1:3 (cimento e areia), conforme composições SINAPI/ORSE atualizadas.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

- 5.6.1. A rede elétrica existente apresenta sobrecarga e risco iminente de falhas, sendo necessária a substituição de componentes e o reforço da capacidade de distribuição, com intervenções em setores essenciais como salas de aula, laboratórios e estação de tratamento;
- 5.6.2. Os serviços deverão ser executados com mínima interferência nas atividades do campus, exigindo planejamento integrado, cronograma emergencial e compatibilização com as rotinas acadêmicas e administrativas; e
- 5.6.3. O escopo da contratação inclui fornecimento e instalação de materiais elétricos certificados (cabos, eletrodutos, disjuntores, conectores, caixas), execução de serviços de escavação e pavimentação, e uso de mão de obra qualificada sob responsabilidade técnica de engenheiro eletricista com registro no CREA.

Especificação da garantia do serviço

5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), será de, no mínimo **60** (sessenta) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

- 5.7.1. A presente contratação envolve a instalação de infraestrutura elétrica crítica para o funcionamento da instituição, motivo pelo qual **estabelece-se a garantia mínima de 60 meses**, em alinhamento com práticas consolidadas para obras e serviços duráveis, conforme autoriza o art. 5º da **Instrução Normativa SEGES/ME nº 05/2017** e reforçado pela **IN SEGES/ME nº 81/2022**.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.8. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

- 5.9.1. Apresentação, pela contratada, de relatório final detalhado contendo o resumo dos serviços executados, eventuais pendências técnicas e documentação “as built” (quando aplicável), incluindo manuais, certificados de garantia e demais registros técnicos;
- 5.9.2. Realização de visita técnica de encerramento com a participação da fiscalização, da contratada e, se necessário, de equipe da engenharia, para verificação final da execução e levantamento de possíveis não conformidades; e

5.8.3. Transferência de conhecimento técnico relevante sobre os sistemas implantados, bem como orientação à equipe de manutenção da instituição quanto à operação e conservação dos componentes instalados, com entrega de termo de recebimento definitivo e quitação contratual.



~~5.10. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.~~

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente, antes do início da prestação dos serviços, o seu representante (preposto), com poderes para atuar em nome da empresa perante a fiscalização e o Contratante, inclusive para responder por eventuais ocorrências e tomar providências imediatas quando necessário.

6.7. O Contratado **não necessitará manter preposto permanentemente no local da execução dos serviços**, devendo, no entanto, garantir que o representante designado esteja disponível para atendimento presencial ou remoto sempre que solicitado pela Administração durante o período contratual.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado deverá indicar novo representante no prazo de até 2 (dois) dias úteis.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

6.16.1. Verificação do cumprimento dos requisitos técnicos previstos no projeto básico elaborado pela Diretoria de Engenharia do IFRN, incluindo:

6.16.1.1. Avaliação da execução correta da instalação dos cabos de cobre flexível (70 mm² e 16 mm²), eletroduto PEAD DN 100 mm, caixas enterradas em alvenaria, hastes de aterramento, disjuntores (63A e 125A), postes de concreto, escavação, reaterro e recomposição do pavimento com paralelepípedos;

6.16.1.2. Conferência da conformidade dos materiais e equipamentos utilizados com as normas ABNT (ex: NBR 5410) e certificações INMETRO quando aplicáveis.

6.16.2. acompanhamento da equipe técnica da contratada, verificando a presença de engenheiro eletricista registrado no CREA, bem como técnicos e eletricistas qualificados durante toda a execução dos serviços;

6.16.3. Análise e aprovação do Plano de Trabalho apresentado, incluindo cronograma de execução e medidas de segurança a serem adotadas.

6.16.4. Fiscalização das condições de segurança do trabalho, conforme normas NR-10, NR-35, entre outras aplicáveis:

6.16.4.1. Verificação do fornecimento e uso obrigatório de EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) e EPCs (Equipamentos de Proteção Coletiva);

6.16.4.2. Avaliação da atualização e cumprimento do Plano de Gerenciamento de Riscos, especialmente para prevenção de acidentes elétricos.

6.16.5. A emissão dos documentos obrigatórios pela contratada (atestados de capacidade técnica, comprovação de regularidade fiscal e previdenciária, apólice de seguro de responsabilidade civil e garantia técnica).

6.16.6. O cumprimento dos prazos estabelecidos no cronograma emergencial acordado e eventual necessidade de ajuste, comunicando o gestor do contrato.

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.19. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.20. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.21. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.21.1. Verificar, periodicamente, a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada, por meio da exigência das certidões negativas ou positivas com efeito de negativa;

6.21.2. Conferir o cumprimento das garantias contratuais e, quando exigido, da apólice de seguro de responsabilidade civil;

6.21.3. Acompanhar a execução financeira do contrato, incluindo análise de faturas, glosas e empenhos;

6.21.4. Verificar a conformidade da documentação relativa à execução contratual, incluindo a eventual necessidade de apostilamentos ou termos aditivos;

6.21.5. Registrar as ocorrências administrativas relevantes no histórico do contrato;

6.21.6. Comunicar imediatamente ao gestor do contrato qualquer situação que exija providência além de sua competência

Gestor do Contrato

6.22. Cabe ao gestor do contrato:

6.22.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das

alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.22.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.22.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.22.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.22.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.22.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.22.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.22.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.22.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.22.8.2. Quando for o caso, encaminhar notificações formais relativas a possíveis descumprimentos contratuais que envolvam questões trabalhistas ou de relações de trabalho, observando os limites de responsabilidade do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto nesta seção, com base no cronograma físico-financeiro e nos serviços efetivamente executados, conforme atestado pela fiscalização técnica.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A ausência de um instrumento específico de medição de resultados não impede a aplicação de outros mecanismos de controle e aferição da execução contratual, como relatórios de fiscalização, registros fotográficos, memoriais descritivos, ou demais documentos técnicos.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4.1. A conformidade da execução dos serviços com as especificações técnicas estabelecidas no projeto, orçamento e cronograma físico-financeiro;

7.4.2. O cumprimento dos prazos e etapas previamente estabelecidos;

7.4.3. A apresentação de toda a documentação exigida para cada etapa de medição, incluindo nota fiscal, ART, relatórios técnicos, registros fotográficos e comprovação de regularidade fiscal e trabalhista.

Do recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **05 (cinco)** dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.[A4]

7.5.1. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.5.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

7.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.10. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.11. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.12. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.[A6]

7.13. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.14. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.15. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **15 (quinze)** dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.15.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.15.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.15.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.15.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.15.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.[A7]

7.16. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.17. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.18. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.19. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.20. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.21. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.22. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.23. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.24. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.24.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.24.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.25. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.26. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.27. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.28. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.29. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.30. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *[definir o índice]* de correção monetária.[A8]

Forma de pagamento

7.31. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.32. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.33. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.33.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A9]

7.34. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.35. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis durante toda a vigência do contrato, cujo prazo máximo é de 12 (doze) meses, improrrogável, conforme legislação vigente.

Cessão de Crédito

7.36. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.[A28]

7.36.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.36.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.36.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.36.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.36.5. A celebração de termo aditivo para formalização da cessão de crédito não implicará alteração do prazo contratual original, respeitando-se a vedação de prorrogação prevista no contrato, garantindo que a cessão seja apenas um instrumento de transferência de direitos creditórios, sem modificar as condições essenciais do ajuste inicial.

7.37. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5% (meio por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **10 (dez)** dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **2% (dois por cento)** a **5% (cinco por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **5% (cinco por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **1% (um por cento)** a **3% (três por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **1% (um por cento)** a **2% (dois por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **0,5% (meio por cento)** a **2% (dois por cento)** do valor da contratação [, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **15 (quinze)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio de contratação direta com fundamento no art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, considerando tratar-se de situação de **emergência** caracterizada pela **necessidade urgente de adequação da rede elétrica**, cuja condição atual compromete a **continuidade dos serviços públicos essenciais e a segurança das instalações e pessoas no IFRN – Campus Ipanguaçu**.

9.1.1. A escolha do contratado observará o **menor preço obtido mediante avaliação de proposta formal**, com **comprovação de capacidade técnica compatível com o objeto**, por meio de **orçamento detalhado e documentação de qualificação técnica** exigida nos termos da Lei.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por **preço global**.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Por se tratar de serviço de engenharia contratado por empreitada por preço global, o critério de aceitabilidade de preços será o **valor global estimado para a contratação**, com base nos orçamentos obtidos junto a empresas do ramo, considerando-se o preço mais vantajoso para a Administração.

9.3.1. A proposta deverá ser apresentada por meio de planilha de custos contendo o valor global, os quantitativos e os preços unitários de referência, com base na planilha orçamentária fornecida pela Administração, para fins de análise de exequibilidade e vantajosidade.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

- 9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.13. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.14. Ato de autorização para o exercício da atividade de engenharia elétrica, expedido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), nos termos do art. 66 da Lei nº 14.133/2021 e da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966.
- 9.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.21. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.24. Para fins de habilitação, será exigida a apresentação de:

I – Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

II – **Balanco patrimonial e demonstrações contábeis** do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei; ou, no caso de empresa constituída há menos de 2 (dois) anos, **documentação equivalente** que comprove sua regularidade e capacidade operacional.

Qualificação Técnico-Operacional

9.25. Para fins de habilitação, será exigida a comprovação de aptidão para a execução de serviços de natureza semelhante ao objeto desta contratação, por meio da apresentação de atestado(s) ou certidão(ões) emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre(m) experiência compatível com as características técnicas essenciais do serviço, admitindo-se o somatório de diferentes atestados.

9.25.1. Os atestados poderão estar em nome da matriz ou da filial e deverão referir-se a serviços prestados no âmbito da atividade econômica principal ou secundária do fornecedor.

9.26. A Administração poderá solicitar informações ou documentos complementares para verificar a legitimidade dos atestados apresentados, quando necessário.

9.27. Serão aceitos atestados emitidos por entidades estrangeiras, desde que acompanhados de tradução para a língua portuguesa, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

Qualificação Técnico-Profissional

9.28. Para fins de habilitação, será exigida a apresentação de **1 (um) profissional engenheiro eletricista**, devidamente registrado no **CREA**, detentor de atestado de responsabilidade técnica (ART) compatível com serviços de natureza semelhante ao objeto desta contratação.

9.28.1. Para o **engenheiro eletricista responsável técnico**: serviços de elaboração e/ou execução de **obras ou serviços de adequação e reforço de infraestrutura elétrica de baixa tensão**, incluindo substituição de cabos, instalação de disjuntores, eletrodutos, escavação e reaterro de valas.

9.28.2. O profissional acima indicado deverá participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição apenas por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)

9.29. O profissional indicado poderá ser da matriz ou da filial do fornecedor e deverá ter experiência comprovada na execução de serviços elétricos de baixa tensão, em obras ou adequações de infraestrutura, sem necessidade de corresponder exatamente a todos os itens técnicos do projeto.

9.30. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação de sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

Disposições gerais sobre habilitação

9.31. Todos os documentos de habilitação deverão estar em nome do fornecedor que assina o contrato, seja matriz ou filial, exceto para atestados de capacidade técnica e para aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.32. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de **R\$ 142.162,77 (cento e quarenta e dois mil, cento e sessenta e dois reais e setenta e sete centavos)**, conforme custos unitários apostos na **tabela contida no Anexo I (Orçamento Sintético)**.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: 26435/158367;

- II) Fonte de recursos: 1000000000;
- III) Programa de trabalho: 231796;
- IV) Elemento de despesa: 449051; e
- V) Plano interno: L20RLP41IEN.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Ipanguaçu/RN, 07 de agosto de 2025.

Carla Patrícia Silva de Farias

Membro da equipe de planejamento

Portaria nº 134/2025 - DG/IP/RE/IFRN

Leidiana Arcanjo da Silva

Membro da equipe de planejamento

Portaria nº 134/2025 - DG/IP/RE/IFRN

Marcio Dilermano Bezerra Gomes

Membro da equipe de planejamento

Portaria nº 134/2025 - DG/IP/RE/IFRN

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato (Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

O disposto no *Anexo I – Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato (Contratações de pequeno valor – art. 95, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, e Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)* **não se aplica à presente contratação**, uma vez que esta se trata de contratação direta **fundamentada no art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021**.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

O *Anexo II – Termo de Ciência e Concordância* **também não se aplica** à presente contratação, por tratar-se de contratação direta fundamentada no art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de](#)

CARLA PATRICIA SILVA DE FARIAS

Membro da comissão de contratação

LEIDIANA ARCANJO DA SILVA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 13/08/2025 às 13:38:30.

MARCIO DILERMANO BEZERRA GOMES

Membro da comissão de contratação

JOSE GERALDO BEZERRA GALVAO JUNIOR

Autoridade competente